

# **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: a atuação dos implementadores da política de assistência estudantil na Universidade Federal de Ouro Preto**

Jacqueline Kelly Almeida Cunha<sup>1</sup>  
Breyner Ricardo de Oliveira

## **RESUMO**

O artigo analisa a implementação da Política de Assistência Estudantil (PAE) na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a partir da percepção dos seus implementadores em diferentes níveis hierárquicos: alto escalão, médio escalão e nível de rua, vinculados à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE). A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, desenvolvida em duas fases: (1) levantamento dos marcos legais e institucionais da política de assistência estudantil, tanto em nível nacional quanto local; e (2) realização de entrevistas semiestruturadas com os implementadores da política na PRACE. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas com base em três dimensões: contexto das conjunturas, contexto institucional e contexto das experiências dos atores. Os dados revelam o entrelaçamento desses contextos, a superação de limites orçamentários, a relevância da atuação intersetorial e da articulação entre os diferentes níveis de implementadores para a implementação da política. O estudo destaca, ainda, o papel estratégico e do engajamento desses profissionais na ressignificação cotidiana da PAE e na formulação por soluções que favoreçam a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, público prioritário da política.

Palavras-chave: Implementação de políticas públicas. Trajetória e Contextos de Implementação. Assistência Estudantil. Política Nacional de Assistência Estudantil.

---

<sup>1</sup> Autor(a) que realizará a apresentação na ST. Opção pela publicação nos anais: não.

## RESUMO EXPANDIDO

### Contextualização do Tema

A ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil nas últimas décadas impôs o desafio de garantir a permanência dos estudantes oriundos de contextos de vulnerabilidade social. Nesse cenário, a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída pela Lei nº 14914/2024, tem como finalidade reduzir desigualdades, assegurar a permanência estudantil e promover a inclusão social, por meio de auxílios financeiros, moradia, alimentação, transporte, atendimento psicossocial, entre outras ações.

Para Imperatori (2017), a PNAES “representa um avanço no reconhecimento da assistência estudantil como um direito social”, sendo um mecanismo de intervenção estatal voltado à democratização das condições de permanência dos jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, no ensino superior público. Nessa perspectiva, a assistência estudantil é compreendida como política pública que busca garantir o direito à educação e à equidade, por meio de ações articuladas com o objetivo de assegurar a permanência dos estudantes.

Fichter Filho, Oliveira e Coelho (2021) reforçam a relevância de apreender a trajetória e o cenário no qual os sujeitos estão inseridos. Para os autores, as políticas públicas não possuem um único sentido e são atravessadas por contextos diversos — históricos, institucionais e subjetivos — que moldam sua implementação. Gussi e Oliveira (2016) também consideram que as políticas são ressignificadas a partir do cotidiano institucional, da atuação dos sujeitos implementadores e das relações estabelecidas com os beneficiários.

Parte da rede federal de educação superior que recebe os recursos orçamentários da PANES, a UFOP tem quase 11 mil estudantes matriculados em seus cursos de graduação na modalidade presencial. Destes, 2.600 estudantes estão inseridos na Política de Assistência Estudantil, via PNAES. Na UFOP, o programa está sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), setor diretamente responsável por elaborar, acompanhar e avaliar os programas de assistência estudantil.

Nessa perspectiva, busca-se compreender a trajetória da política, a partir das experiências dos implementadores que atuam ou atuaram na PRACE, em diferentes

níveis hierárquicos: Burocratas de Nível de Rua (BNR), Burocratas de Médio Escalão (BME) e Burocratas de Alto Escalão (BAE).

Segundo Pires (2012), os burocratas de alto escalão são responsáveis por formular estratégias de implementação, ocupando cargos de decisão com responsabilidade política, os chamados *policymakers* (Fuster, 2016). Lipsky (2019) conceitua como burocratas de nível de rua, os sujeitos que vivenciam o cotidiano com a população usuária, eles experienciam as dificuldades do processo de trabalho local, além de realizar a mediação entre os cidadãos e o Estado, possibilitando ampliar a dimensão de cidadania e o papel crítico para com os sujeitos usuários. Já os burocratas de médio escalão, estão em uma posição intermediária da política, que, no entendimento de Lotta, Pires e Oliveira (2014, p. 470), são aqueles “funcionários situados no meio da estrutura hierárquica da organização”, geralmente nos cargos de gerência intermediária na estrutura administrativa.

Para tanto, serão consideradas as experiências e vivências desses implementadores no seu cotidiano, a fim de compreender como eles interpretam, agem e lidam com as regras e diretrizes estabelecidas para a assistência estudantil. A forma como a política é operacionalizada, as estratégias adotadas e a atuação dos diversos atores envolvidos são cruciais para o alcance dos seus objetivos. Compreender a percepção e a atuação desses implementadores é essencial para identificar os desafios, as potencialidades e os caminhos de aprimoramento da PAE nas universidades federais.

## **Objetivo**

Analisar a Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Ouro Preto, a partir da percepção dos implementadores de alto escalão, médio escalão e de nível de rua que atuam na Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis.

## **Metodologia**

A pesquisa adota uma abordagem metodológica, de natureza descritiva. O estudo foi desenvolvido em duas fases complementares:

- 1) Levantamento dos marcos legais e institucionais que regem a PAE a nível nacional (leis, decretos, portarias) e local (resoluções, editais e normativas internas da UFOP);

2) Entrevistas semiestruturadas com implementadores da PRACE, contemplando os três níveis hierárquicos: alto escalão (pró-reitor/a), médio escalão (coordenadores/as de programas e serviços) e nível de rua (técnicos/as administrativos/as responsáveis pelo atendimento direto aos estudantes).

As entrevistas foram conduzidas com base em um roteiro de perguntas abertas, gravadas com autorização dos participantes, transcritas integralmente e analisadas com base em três contextos analíticos, conforme Fichter Filho, Oliveira e Coelho (2021): contexto das conjunturas, contexto institucional e contexto das experiências dos atores.

### **Síntese dos Resultados**

Os dados demonstram que, no plano da gestão, os implementadores de alto escalão apontam dificuldades recorrentes na condução da PAE, sobretudo em razão dos contingenciamentos orçamentários impostos ao Ministério da Educação e às IFES, somados ao crescimento da demanda por assistência, decorrente da expansão do acesso ao ensino superior e da piora nas condições socioeconômicas do país.

Observa-se um entrelaçamento dos três contextos na implementação da PAE na UFOP: o contexto das conjunturas políticas e econômicas que impacta diretamente na disponibilidade de recursos para a assistência estudantil; o contexto institucional da UFOP que molda a forma como a política é adaptada e operacionalizada internamente; e o contexto das experiências que revela o papel ativo dos implementadores em dar sentido, adaptar e viabilizar a política no cotidiano, mesmo diante de limitações estruturais.

Os resultados indicam também a importância de abordagens integradas e intersetoriais na implementação da PAE, que vão além da concessão de auxílios financeiros. A complexidade das demandas dos estudantes requer ações articuladas nos campos pedagógico, psicossocial e de saúde, além de uma atuação colaborativa entre os diversos setores da PRACE e com outras instâncias da universidade e com a comunidade externa.

A pesquisa destaca ainda a relevância da comunicação entre os diferentes níveis da burocracia, o fortalecimento dos espaços de diálogo, e a formação continuada dos profissionais envolvidos na implementação da política. A percepção

compartilhada entre os implementadores sobre a importância da PAE na promoção da equidade reforça seu papel estratégico na redução das desigualdades e no apoio à permanência e à conclusão do ensino superior por parte dos estudantes em vulnerabilidade social.

## REFERÊNCIAS

Imperatori, T. K. A trajetória da Assistência Estudantil na educação superior brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, (129), 285-303, 2017.

Fichter Filho, G. A., Oliveira, B. R., & Coelho, J. I. F. A trajetória das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação docente no Brasil: uma análise dos textos oficiais. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 16(1), 940-956, 2021.

Fuster, D. A. Burocracia e políticas públicas: uma análise da distribuição e ocupação dos cargos e funções em comissão da prefeitura de São Paulo. In *IX Congresso CONSAD de gestão pública*. Brasília, DF.2016.

GUSSI, A. F., & OLIVEIRA, B. R. de. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. *Desenvolvimento em Debate*, 4(1), 83-101. 2016.

LIPSKY. M. Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. ENAP. 2019.

LOTTA, G. B; PIRES, R. R. C; OLIVEIRA, V.E. Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas. ENAP. 2014.